

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS



**A percepção dos agentes e alunos do Proerd sobre o
programa**

Camila de Lima Orzil

Belo Horizonte

2010

CAMILA DE LIMA ORZIL

**A percepção dos agentes e alunos do Proerd sobre o
programa**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública/CRISP da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador(a): Prof.(a) Elaine Meire Vilela

Belo Horizonte

2010

Camila de Lima Orzil

A percepção dos agentes e alunos do Proerd sobre o programa

Trabalho Final apresentado ao Curso de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública, requisito para obtenção do Título de Especialista.
Belo Horizonte, 2010.

Elaine Meire Vilela (Orientador)

(Examinador)

Para a elaboração deste trabalho final apresentado ao Curso de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública, iremos abordar o Programa Educacional de Resistência às Drogas - Proerd, aplicado nas escolas públicas e privadas do Estado de Minas Gerais pelos instrutores da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG, que tem por objetivo prevenir o uso de drogas entre crianças e adolescentes. Abordaremos a opinião das crianças e dos instrutores em relação ao programa e iremos verificar se o Proerd tem uma boa aceitação pelos alunos.

SUMÁRIO

1 – Introdução	6
2 - Teoria da Associação Diferencial	8
3 - Políticas Públicas	12
3.1 – Proerd	14
3.2 - Proerd em Minas Gerais	17
4 - Escola e drogas	21
4.1 - Droga e tráfico na escola	26
5 - Análise do trabalho do Proerd	29
6 – Considerações finais	39
Bibliografia	41

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - NÚMERO DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS EM MINAS GERAIS E INSTRUTORES ATUANTES, DESDE A SUA IMPLANTAÇÃO NO ANO DE 1998: 19

TABELA 2 - TOTAL DE ESCOLAS ATENDIDAS EM MINAS GERAIS: 19

TABELA 3 - TOTAL DE PESSOAS (CRIANÇAS, ADOLESCENTES E PAIS) ATENDIDAS EM MINAS GERAIS: 20

TABELA 4 - QUAL NOTA DE ZERO A CINCO O ALUNO DÁ PARA O PROERD: 34

TABELA 5 - PALAVRA-CHAVE QUE CARACTERIZA O PROERD: 36

TABELA 6 - SÃO FATORES IMPORTANTES PARA SE EVITAR OU DIMINUIR A VIOLÊNCIA E O USO DE DROGAS, SEGUNDO OS ALUNOS: 39

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - DE UM MODO GERAL O PROERD DESPERTA MAIOR INTERESSE ENTRE CRIANÇAS OU ADOLESCENTES: 33

GRÁFICO 2 - DE MODO GERAL, O PROERD É EFETIVO PARA MANTER AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES AFASTADOS DAS DROGAS: 34

GRÁFICO 3 - PALAVRA-CHAVE QUE CARACTERIZA, PARA O INSTRUTOR, O PROERD: 35

GRÁFICO 4 - PERCEPÇÃO DOS ALUNOS QUE ACREDITAM QUE A VIOLÊNCIA E O USO DE DROGAS PODEM SER EVITADOS COM A EXISTÊNCIA DE PROGRAMAS EDUCACIONAIS COMO O PROERD: 37

LISTA DE QUADRO

QUADRO 1 - QUADRO DE INSTRUTORES, MENTORES E FACILITADORES QUE ESTÃO ATUANDO NO ESTADO: 20

1 – Introdução

Para a elaboração deste trabalho final apresentado ao Curso de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública, iremos abordar o Programa Educacional de Resistência às Drogas - Proerd, aplicado nas escolas públicas e privadas do Estado de Minas Gerais pelos instrutores da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG, o qual tem por objetivo prevenir o uso de drogas entre crianças e adolescentes. Iremos abordar a visão das crianças e dos instrutores em relação ao Proerd.

Nosso trabalho tem como base a pesquisa realizada pela Secretaria de Estado de Defesa Social – SEDS (2008) e corresponde a uma amostra representativa para Minas Gerais como um todo. Foi utilizada na pesquisa uma amostra de instrutores composta de trinta e nove policiais militares que responderam perguntas relacionadas à efetividade do programa, isto é, se o Proerd contribui efetivamente para afastar crianças e adolescentes das drogas.

Nessa pesquisa, foi também utilizada uma amostra de um mil seiscientos e doze alunos do 5º e 7º ano do ensino fundamental de quinze escolas de Belo Horizonte, entre públicas e particulares. Foram perguntados aos alunos como eles classificam o Proerd, qual nota eles dão ao programa ao avaliarem sua efetividade.

Com o objetivo de abordar tema que envolve a prevenção ao uso de drogas por crianças e adolescentes, iremos tratar da Teoria da Associação Diferencial e Aprendizado Social que aborda o comportamento criminoso aprendido em um processo de comunicação e de interação. Assim, há uma percepção entre o trabalho do Proerd com essa teoria, uma vez que o programa busca passar informações e interagir com os jovens no sentido de dotá-los de habilidades que possibilitam viver sem se envolverem no mundo do tráfico e das drogas, utilizando do processo de comunicação.

Serão abordadas neste trabalho as políticas públicas voltadas para a proteção dos jovens no meio social. Será mencionada a proteção à juventude, a elaboração do

Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), as mudanças realizadas na Constituição Federal para regulamentar a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude brasileira. O Conselho visa estabelecer um diálogo entre organizações da sociedade civil que atuam diretamente com adolescentes e jovens e a Secretaria Nacional da Juventude. O Proerd tem elaborado esse trabalho de diálogo com os jovens observando sempre as políticas públicas estabelecidas.

O PROERD será tratado no capítulo das políticas públicas e será mencionada a sua implantação no Brasil, em especial no Estado de Minas Gerais. Este trabalho irá abordar a importância de se estabelecer uma boa relação entre os instrutores e alunos, pois, aqueles irão passar aos jovens alunos informações de como é importante se prevenir quanto ao uso de drogas. Este processo de comunicação estabelecido entre os jovens e os instrutores da PMMG visa contribuir para o aprendizado dos menores quanto aos efeitos que a droga causa no organismo e a importância de não utilizá-las.

Já o capítulo denominado “escola e droga” trata de como deveria ser o ambiente escolar, pautado no respeito e aprendizado. Será mencionada a importância do Proerd em atuar nas escolas com o objetivo de evitar a violência e o uso de drogas nas instituições de ensino, bem como, a incidência de substâncias lícitas e ilícitas no entorno e no interior das escolas. Será também mencionada a droga mais consumida por estudantes do primeiro e segundo grau.

Esse trabalho irá analisar a visão dos alunos e instrutores quanto à aceitação e efetivação do Proerd, bem como, a relação que há entre a Teoria da Associação Diferencial no seu processo de comunicação e o trabalho realizado pelo Proerd.

2 - Teoria da Associação Diferencial

Diante das várias teorias que explicam o comportamento desviante e criminoso, abordaremos a Teoria da Associação Diferencial e Aprendizado Social. Será fundamentada nossa análise com base na percepção que há na interação existente entre as pessoas nos grupos de amigos e o comportamento criminoso aprendido em um processo de comunicação e de interação entre os indivíduos.

Para Aline Avellar (2007, pág. 187), os teóricos da associação diferencial entendem “que toda pessoa assimila, inevitavelmente, a cultura circunvizinha, podendo as combinações variar na frequência, duração, prioridade e intensidade”. A prioridade pode ser entendida como o comportamento lícito que, quando desenvolvido na infância, pode persistir durante toda a vida, assim como o delinqüente. O processo de aprendizado do crime é como qualquer outra aprendizagem, assim, o comportamento delinqüente não fica restrito ao processo de imitação. O que ocorre é uma associação com aqueles que definem o comportamento criminoso.

Para Sutherland (1992), citado por Ferro (2008), a frequência corresponde às relações, aos encontros e interações entre os indivíduos de comportamento lícito e não lícito. A duração diz respeito ao tempo de convívio entre as pessoas. Já a intensidade tem a ver com as reações emocionais relacionadas às associações.

O fato da pessoa se tornar delinqüente deve-se ao excesso de definições em favor da violação da lei sobre aquelas em oposição à infringência desta. As associações diferenciais que variam em frequência, duração, prioridade e intensidade dizem respeito que tanto o comportamento criminoso quanto o comportamento anticriminoso podem sofrer variações nesses aspectos.

Já o processo de aprendizagem do comportamento criminoso, por associação com padrões criminosos, envolve todos os mecanismos peculiares a qualquer outro processo de aprendizagem, o que implica, no plano negativo, a constatação de que

a aprendizagem do comportamento criminoso não está limitada ao processo de imitação.

A Teoria da Associação Diferencial foi proposta por Donald Sutherland em 1939 e, segundo Aline Avellar (2007), o comportamento desviante é aprendido na interação com outras pessoas no processo de comunicação, principalmente quando elas têm mais intimidade, podendo desconsiderar as influências das agências impessoais de comunicação, como os filmes e os jornais.

Quanto a este processo de aprendizado Becker, citado por Moura (2009), fala que o uso da maconha é uma experiência que apenas se transforma em algo prazeroso após uma sequência de aprendizados como a técnica de fumar; seus efeitos e atribuições desses efeitos ao uso da maconha e a redefinição das sensações como prazerosas.

As significações desordenadas dos códigos legais e das regras a serem observadas, em algumas sociedades, contribuem para a existência de um conflito cultural, que favorece ações desviantes. Dessa forma, Aline Avellar (2007), ao citar Sutherland e Cressey, dispõe que uma pessoa se torna delinqüente por causa de uma freqüência de fatos em favor das definições que apóiam a violação da lei. Assim, um indivíduo torna-se criminoso por causa do contato com padrões criminosos e por não ter sido exposto a padrões não criminosos.

Para Ferro (2008), Sutherland constrói a Teoria da Associação Diferencial com base em comportamentos criminosos, pois acredita que o crime é aprendido e não herdado, dessa forma, a pessoa que não é treinada no crime não inventa tal comportamento.

O comportamento criminoso é aprendido quando há interação com outras pessoas, em um processo de comunicação, que é, em muitos aspectos, verbal, o que não exclui a gestual. Já a principal parte dessa aprendizagem ocorre no interior de grupos pessoais privados.

A aprendizagem de um comportamento criminoso compreende as técnicas de cometimento do crime, que são muito complexas ou muito simples, bem como a orientação específica de motivos, impulsos, racionalizações e atitudes. Expõe Ferro (2008) que a orientação específica de motivos e impulsos é aprendida a partir de definições favoráveis ou desfavoráveis aos códigos legais, que em algumas sociedades o indivíduo está cercado por pessoas que invariavelmente concebem os códigos legais como normas de observância necessária; em outros casos ocorre o inverso, o indivíduo se encontra cercado por pessoas cujas definições apóiam a violação dos códigos legais.

Para ilustrar esta teoria, Ferro (2008) cita o exemplo dado por Sutherland em que um garoto sociável, expansivo e ativo, que vive em área com alta taxa de delinqüência, apresenta grande probabilidade de vir a aprender com outros garotos do bairro o comportamento desviante e tornar-se um delinqüente. Na outra face da moeda, está um garoto emocionalmente perturbado, que reside no mesmo bairro, mas por ser sozinho, introvertido e inativo, permanece mais tempo em casa, deixando de conhecer outros garotos do bairro e de se envolver em comportamento criminoso. Em uma terceira hipótese, um garoto ativo e sociável vira escoteiro e jamais se engaja em atividades delinqüentes. Esses exemplos mostram que a organização social influencia na associação que estabelecemos com a outra pessoa.

Assim, quanto ao exemplo acima, a autora conclui que o comportamento, seja legal seja criminoso, é aprendido em decorrência de associações com outros grupos e o aprendizado mais importante deve ocorrer no seio de grupos pessoais íntimos. A associação diferencial emerge, então, como produto de socialização no qual o criminoso e o não criminoso são orientados por muitos princípios idênticos. As variáveis de frequência, duração, prioridade e intensidade da associação determinam o que é aprendido, assim, o desenvolvimento de uma predisposição favorável aos estilos de vida delinqüentes é desencadeado pela aprendizagem desse acúmulo de instrumentos.

Para Cerqueira e Lobão (2003, pág. 8), a Teoria da Associação Diferencial, inaugurada por Sutherland, determina o comportamento, principalmente dos jovens, a partir de experiências pessoais que tiveram com relação a situações de conflito.

“Essas determinações de comportamentos favoráveis ou desfavoráveis ao crime seriam aprendidas a partir das interações pessoais, com base no processo de comunicação.” Assim, a família, o grupo de amigos e a comunidade ocupam papel central. A determinação favorável ao crime é mensurada da seguinte forma: grau de supervisão familiar; intensidade de coesão nos grupos de amigos; existência de amigos que foram, em algum momento, pegos pela polícia; percepção dos jovens acerca de outros jovens na vizinhança que se envolvem em problemas; e se o jovem mora com os dois pais.

A partir desse capítulo, percebemos que há uma percepção entre o trabalho do Proerd, desenvolvido para tentar reduzir o comportamento criminoso entre os jovens, e a teoria da Associação Diferencial. Isso porque o Proerd tenta, através da comunicação, do diálogo e da integração, apresentar ao jovem os comportamentos que devem ser seguidos para não se envolver com a droga e a violência.

Em capítulo posterior, o trabalho do Proerd será exposto e analisado a partir da idéia apresentada por essa teoria.

3 - Políticas Públicas

Com o objetivo de valorizar a juventude e proporcionar aos jovens: saúde, dignidade, educação, valorização da vida, foi criado, em 2004 pelo governo federal, um grupo interministerial coordenado pela Secretaria-Geral da Previdência da República responsável por programas voltados para a juventude e diagnóstico da situação do jovem no Brasil, segundo Cury (2009).

Na sequência, foi criada a Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) cujo Brasil foi o primeiro país da América Latina a criá-lo. Essa política de juventude objetiva tornar-se uma política de Estado. De acordo com Cury (2009, pág. 91), uma das principais características da política de juventude é a “transversalidade, uma vez que ela envolve os mais diversos temas e, conseqüentemente, um conjunto de ações e programas desenvolvido por diversas áreas do governo.”

Segundo Cury (2009), o CONJUVE coloca o Brasil em sintonia com inúmeros países da América Latina e Europa que há anos exercem ações voltadas para o público juvenil. Com isso, o Brasil torna-se um importante interlocutor das demandas dos jovens e estimula o surgimento de novos conselhos estaduais e municipais que começam a despontar em todo o país.

O CONJUVE tem como atributo “formular e propor diretrizes para as políticas de juventude, realizar estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica do público jovem e viabilizar o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais”, conforme aduz Cury (2009, pág. 97).

A maior parte dos integrantes do Conselho é formada pela sociedade civil que corresponde a 2/3 e 1/3 é composto por representantes do poder público. Dentre a parcela da sociedade civil estão representantes de movimentos juvenis, organizações não-governamentais, especialistas e personalidades com reconhecido trabalho voltado para a juventude (Brasil, 2006).

Em julho de 2010, foi aprovada a proposta de emenda constitucional de nº. 42/2008 conhecida como PEC da juventude que “regulamenta a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude brasileira” do Deputado Federal Sandes Júnior. Assim, o *caput* do artigo 227 da Constituição Federal de 1988 (CF), que trata dos Direitos e das Garantias Fundamentais, passará a dispor que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (Brasil, 2010).

Assim, o Estado deve promover programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitindo a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas obedecendo à criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, assim como a integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência (Cury, 2009).

Segundo o art. 227 da CF, o direito a proteção especial abrangerá a garantia de acesso do trabalhador adolescente e jovem à escola; aos programas de prevenção e atendimento especializado à criança, ao adolescente e ao jovem dependentes de entorpecentes e drogas afins, além de outras garantias presentes no §3º, do art. 227 da CF.

O Plano Nacional de Juventude é um projeto de lei de nº. 4.530/2004 que visa orientar o Brasil para um conjunto de metas sobre os direitos dos jovens que deverão ser cumpridas pela União, em parceria com estados, municípios, organizações juvenis nos próximos 10 anos, “envolvendo ações das mais diversas áreas, como cultura, saúde, esporte, cidadania, trabalho, inclusão digital e educação, entre outros”, conforme aduz Cury, (2009, pág. 93).

Segundo Porto (2007, pág. 56), o CONJUVE veio com a “tentativa de aproximar a sociedade civil e governo”. Porém, como há poucos “assentos para organizações da sociedade civil neste Conselho, um maior esforço deve ser feito no sentido de

promover o diálogo entre organizações da sociedade civil que atuam diretamente com adolescentes e jovens e a Secretaria Nacional da Juventude.”

Em 2001, o Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares do Brasil (CNCG), com o objetivo de combater o uso de drogas no país, institucionalizou o Proerd como sendo “o projeto de prevenção primária ao uso e abuso de drogas no Brasil, visando inibir a dinâmica de aliciamento de jovens pelo tráfico de drogas e, conseqüentemente, diminuir o número da violência em ambientes escolares”, (Diretoria de Apoio Operacional, 2010 - DAOp, pág. 1).

Assim, para o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD), o Proerd passa a ser o parceiro estratégico para o desenvolvimento de ações primárias de prevenção ao uso e ao tráfico de drogas, no âmbito do Sistema Nacional de Política sobre Drogas – SISNAD (DAOp, 2010).

Dessa forma, o Proerd tem por meta ajudar os estudantes a reconhecerem e resistirem às pressões e influências para o uso indevido de drogas; resistir ao envolvimento com gangues. Este trabalho é realizado através do diálogo existente entre os instrutores e os adolescentes Porto, 2007.

3.1 - PROERD

O Proerd é um Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência que, conforme Rateke (2006), se originou do *Drug Abuse Resistance Education - DARE* (Educação para Resistência ao Abuso de Drogas), criado pela Professora Ruth Rich, do Distrito Escolar de Los Angeles/EUA, em 1983, em conjunto com o Departamento de Polícia de Los Angeles, EUA. Esse programa tem por objetivo prevenir o uso indevido de drogas e combater a violência entre os jovens. O DARE foi inicialmente aplicado às crianças da quinta série, com aproximadamente onze anos de idade, na

cidade de Los Angeles, em 1983. De acordo com as informações do PROERD do Estado do Rio Grande do Norte, hoje, esse programa encontra-se no Brasil e em mais de 58 países, (Companhia Independente de Prevenção ao uso de drogas – CIPRED, 2010).

O DARE expandiu-se nos EUA passando a atender as crianças da Educação Infantil e os jovens matriculados no Ensino Fundamental e Médio. Segundo Rateke (2006), a partir de 1988 visando incluir outros estudantes, a cartilha passou a ser impressa também em espanhol e em Braille. Os policiais ministravam as aulas fardados e sempre desarmados.

Com o objetivo de desenvolver um projeto de prevenção ao uso de drogas, afirma Rateke (2006) que o interesse da Polícia Militar (PM) do Rio de Janeiro era passar as informações principalmente para crianças e jovens a respeito dos diversos aspectos relacionados às drogas e às violências. Inicialmente, a PM do Rio de Janeiro realizou palestras em estabelecimentos de ensino. O Proerd apenas chegou ao Brasil quando, “por intermédio do Consulado Americano no Rio de Janeiro, uma equipe da assessoria técnica da Polícia Militar deste Estado, participou de uma palestra proferida por agentes do Departamento de Polícia de Los Angeles, quando foi possível o acesso ao Programa DARE” (RATEKE, 2006, p. 46).

Conforme Rateke (2006), por intermédio do Consulado Americano no Rio de Janeiro, uma equipe de profissionais do Departamento de Los Angeles veio treinar policiais militares do Rio de Janeiro fazendo com que oficializasse a chegada do Programa no país. Em 1993, ocorreu a vinda de uma nova equipe, fazendo com que a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro constituísse o primeiro Centro de Treinamento do Brasil. Houve a transformação da sigla DARE e a aplicação do Programa para crianças da quarta série do ensino fundamental. Assim, surgiu no país o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - PROERD.

De acordo com Rateke (2006), os policiais do PROERD são divididos em três níveis de atuação: Instrutores, Mentores e Master. O policial Instrutor do PROERD passa por um curso de formação de oitenta horas, muito parecido com o curso ministrado na formação dos policiais Instrutores da DARE. O instrutor atua diretamente com as

crianças e os jovens. Para ser um policial instrutor é necessário ter no mínimo dois anos de serviço em atividade-fim da Corporação; possuir experiência e/ou formação em atividades educacionais, recreativas e/ou comunitárias; ter um bom comportamento; ter facilidade de expressar-se verbalmente; não ser dependente de nenhuma droga (lícita ou ilícita); gostar de crianças; passar por uma entrevista com um Policial Mentor. O policial é convidado a ocupar a vaga de Mentor após um ou dois anos na função de policial instrutor. Para se formar mentor, o instrutor deve passar por um curso que tem um total de quarenta horas e conta com a participação de profissionais da área da Educação e policiais *Master*. “O policial Mentor é um formador de educadores. Sua principal ocupação é a formação dos policiais instrutores, mas é solicitado que esse policial continue a ter contato com a formação das crianças” (Rateke, 2006, p.43). Já o policial *Master* desenvolve atividades administrativas no Programa e atua na formação dos policiais Instrutores e Mentores.

Para Rateke (2006, p. 72), o programa PROERD é visto como uma proposta de “inovação” pedagógica no campo da prevenção. Assim, em meio à crise, “inovar é uma necessidade existencial, elogiada e solicitada pelas escolas e pela comunidade.” Embora os policiais do PROERD trabalhem, Rateke (2006) afirma que eles sofrem perseguições dentro da própria corporação. São rotulados pelos próprios colegas como “policiais malandros” e incapazes de empenhar as atividades fins da sua profissão. Essas classificações são feitas por meio de ameaças, brincadeiras, ou agressões. Dessa forma, há por parte dos policiais do PROERD certa insatisfação e revolta por não ter seu trabalho reconhecido e respeitado pela instituição.

Vale lembrar que, em agosto de 2006, foi sancionada a Lei de nº. 11.343 que instituiu o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas – Sisnad. Para Batista (2009, pág. 23), essa Lei, além de trazer medidas para prevenir o uso indevido de drogas, prescreve medidas de reinserção social de usuários e dependentes de drogas. Um dos princípios do Sisnad, segundo a própria Lei, é o respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana e a promoção dos valores éticos, culturais e de cidadania do povo brasileiro, reconhecendo-os como fatores de proteção para o uso indevido de drogas e outros comportamentos correlacionados.

A Lei de nº 11.343/06 considera como droga as substâncias ou os produtos capazes de causar dependência, assim especificados em lei ou relacionados em listas atualizadas periodicamente pelo Poder Executivo da União (Brasil, 2006). Dois dos objetivos do Sisnad, presentes no artigo 5º da Lei, são contribuir para a inclusão social do cidadão, visando torná-lo menos vulnerável ao uso indevido de drogas, ao tráfico ilícito e aos outros comportamentos correlacionados; e promover a integração entre as políticas de prevenção do uso indevido de drogas.

Consta no art. 28 da lei que instituiu o Sisnad que quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trouxer consigo, para consumo pessoal a droga é submetido às penas de advertência sobre os efeitos das drogas; prestação de serviços à comunidade; medida educativa de comparecimento a programa ou a curso educativo (Brasil, 2006) .

Dispõe a lei que a pena de prestação de serviços à comunidade e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo serão aplicadas pelo prazo máximo de 5 (cinco) meses. Em caso de reincidência, essas penas serão aplicadas pelo prazo máximo de 10 (dez) meses.

3.2 - Proerd em Minas Gerais

Em Minas Gerais, salienta Batista (2009), o Proerd teve início em 1998, na cidade de Uberlândia. Nessa época, apenas cinco policiais foram capacitados no Estado de São Paulo e a execução do programa foi em caráter experimental em algumas escolas municipais. Vale lembrar que em 1993 o programa foi recepcionado pela polícia militar de São Paulo, conforme aduz Souza (2008, p. 31). Após a formação de novos instrutores, o programa foi expandido para outras cidades pólos de Minas Gerais tais como Diamantina, Varginha, Divinópolis, Ipatinga e Montes Claros.

Informa a Cartilha distribuída pela Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), sobre a Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública nº. 3.01.04/2010 – CG,

que no final do ano de 2001, após deliberação do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares do Brasil (CNCG), ficou decidido que o Proerd seria o projeto de prevenção ao uso e ao tráfico de drogas no Brasil institucionalizando o Programa através da Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública (DPSSP) nº. 01/2002-CG.

Foram treinados seis mentores de Minas Gerais, em meados de 2002, sob a tutela da Câmara Técnica dos Programas de Prevenção às Drogas e à Violência do CNCG (CTProerd) para contribuir para a expansão do Programa no Estado, conforme a Cartilha sobre a Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública nº. 3.01.04/2010 – CG.

De acordo com a Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública nº. 3.01.04/2010 – CG, em 2003, foi criado o Núcleo de Prevenção Ativa para reger três Adjuntorias nomeadas Polícia Comunitária; Direitos Humanos e Prevenção ao Uso e Tráfico de Drogas (Adjuntoria que gerencia e promove as estratégias de expansão e fortalecimento do Proerd no Estado de Minas Gerais (BRASIL, 2010).

O Proerd só ganhou força em Minas Gerais a partir de 2003, segundo o artigo sobre Curso Antidrogas, do Centro de Referência Virtual do Professor (Minas Gerais, 2010). Antes, apenas 137 municípios eram assistidos. Hoje, o programa está presente em 430 municípios do Estado de Minas Gerais e 624 instrutores participam do Proerd em cerca de 5.000 mil escolas públicas e particulares (Coordenação Estadual PROERD – PMMG/DAOp, 2010).

Segundo dados da Diretoria de Apoio Operacional da PMMG de setembro de 2010, os indicadores do Proerd mostram que do ano de 2003 a 2009 houve um aumento de trezentos e dezenove municípios atendidos pelo programa e um aumento de trezentos e noventa e um instrutores, conforme tabela 1 abaixo:

Tabela 1: Número de municípios atendidos em Minas Gerais e instrutores atuantes, desde a sua implantação no ano de 1998:

Referente ao Ano	1998 a 2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Municípios	Prejudicado	137	267	343	390	394	394	456
Instrutores	Prejudicado	233	269	480	480	600	558	624

Fonte: Coordenação Estadual PROERD – PMMG/DAOp, 2010

(*) – Ano que foram centralizadas efetivamente as ações para o Estado (ano de 2010 ainda não consolidado)

A tabela 2 abaixo mostra como cresceu o número de escolas atendidas pelo Proerd. O crescimento foi constante ao longo dos anos. Até o primeiro semestre deste ano, o programa já atendeu mais de duas mil escolas.

Tabela 2: Total de escolas atendidas em Minas Gerais:

Referente ao Ano	1998 a 2002	2003 (*)	2004	2005	2006	2007	2008	2009	1ºsem/2010
Total de Escolas Atendidas	Prejudicado	1212	1502	3719	2815	3202	3476	3383	2011

Fonte: Coordenação Estadual PROERD – PMMG/DAOp, 2010

(*) – Ano que foram centralizadas efetivamente as ações para o Estado

Como pode ser observado na tabela 3, mais de cento e trinta mil pessoas já foram atendidas pelo programa no Estado de Minas Gerias, só no primeiro semestre de 2010. Os dados também demonstram que há um aumento considerável a cada ano.

Tabela 3: Total de pessoas (crianças, adolescentes e pais) atendidas em Minas Gerais:

ANO	1998 a 2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	1ºsem/2010
<i>Somatório Ano</i>	145.566	147.569	215.569	226.836	252.422	314.028	329.799	138.369

<i>Total Geral</i>	1.770.158
--------------------	------------------

Fonte: Coordenação Estadual PROERD – PMMG/DAOp, 2010

O quadro 1 mostra o número de policiais instrutores, mentores e facilitadores que atuaram neste primeiro semestre de 2010 no Proerd em todo o Estado de Minas Gerais.

Quadro 1: Quadro de instrutores, mentores e facilitadores que estão atuando no Estado:

1º semestre de 2010	
POLICIAIS MILITARES	QUANTIDADE
Instrutores (executores)	645
Mentores (multiplicadores)	30
Facilitadores (coordenadores de curso)	16
Total	691

Fonte: Coordenação Estadual PROERD – PMMG/DAOp, 2010

4 - Escola e drogas

A escola deveria ser um ambiente de interação, de aprendizado, de respeito, onde adquirimos e construímos conhecimentos para a busca dos nossos ideais (Abramovay e Castro, 2005). Dentro dela, convivemos com diferentes pessoas e aprendemos a nos comportar em grupo.

Para Dubet (citado por Abramovay e Castro, 2005), a escola funciona como espaço público onde os alunos discutem os conhecimentos escolares, mesmo diante das tensões existentes. É um ambiente em que formam sujeitos a partir das relações que estabelecem entre os alunos e os professores.

É na escola que os jovens se veem capazes de exercer a cidadania por estarem se introduzindo na sociedade, além de ter a oportunidade de crescer na vida. Também é na escola que “se operam a exclusão e a seleção social”, segundo Abramovay e Castro (2005, p. 89).

Sabemos também que na escola devemos selecionar as amizades, pois esse ambiente não está livre de pessoas que consomem drogas ou praticam outros comportamentos desviantes. É um ambiente que reflete os problemas existentes em sua volta, pois, temos como exemplo traficantes que levam, para dentro da escola, drogas para serem vendidas, assim como os usuários que fazem uso delas dentro do ambiente escolar, de acordo com Abramovay e Castro (2005).

Foi realizada em 1998 uma pesquisa na cidade de Campinas, São Paulo, em que 2.287 estudantes de primeiro e segundo graus preencheram um questionário anônimo. O objetivo foi “determinar a prevalência do uso pesado de drogas por estudantes (...) em uma amostra de escolas públicas e particulares, e identificar fatores demográficos, psicológicos e socioculturais associados”, conforme artigo publicado por Soldera, *et al* (2004, P. 1). O perfil socioeconômico dos alunos apresentou-se da seguinte maneira:

Os estudantes entrevistados tinham entre 11 e 26 anos de idade e a maior parte deles era do sexo masculino, que correspondiam a 52% dos alunos. A maioria

estudava no turno da noite e mais da metade dos entrevistados não trabalhavam. Pertenciam à classe A e B, 68,4% dos alunos. O mais interessante é que mais da metade dos alunos tinha uma filiação religiosa, correspondente a um mil novecentos e vinte e um alunos, que equivale a 84,6% dos entrevistados.

Tabela 1 - Características sociodemográficas estudantes de primeiro e segundo graus. Campinas, SP. (N=2.287)

Variável	N	%
Gênero		
Masculino	1.188	52,0
Feminino	1.096	48,0
Idade		
Média	16	
Mínima	11	
Máxima	26	
Tipo de escola		
Pública periférica	763	33,6
Pública central	781	34,1
Particular	738	32,3
Grau		
Primeiro	1.159	50,8
Segundo	1.122	11,22
Período		
Matutino	686	30,1
Vespertino	772	33,8
Noturno	803	35,1
Integral	21	0,9
Trabalho		
Trabalhavam	758	33,3
Não trabalhavam	1.518	66,7
Nível socioeconômico		
A e B	1564	68,4
C	565	24,7
D e E	158	6,9
Filiação religiosa		
Tinham religião	1.921	84,6
Não tinham religião	351	15,4
Religião		
Católicos	1.387	75,1
Protestantes pentecostais	294	15,9
Espíritas	103	5,6
Protestantes históricos	33	1,8
Outras religiões	29	1,6
Educação religiosa na infância		
Muito religiosa	640	28,3
Religiosa	950	42,0
Pouco religiosa	529	23,4
Sem religião	142	6,3

Soldera, 2004, p. 5.

Nesta pesquisa, concluiu-se que o maior uso de drogas foi por estudantes da escola pública central cujo nível socioeconômico era A e B e que estes estudantes tiveram pouca educação religiosa na infância. Assim, a disponibilidade de dinheiro e os padrões específicos de socialização foram vistos como fatores associados. De acordo com o artigo publicado por Soldera, *et al* (2004, pág. 6), estas são as probabilidades encontradas:

A probabilidade do estudante da escola pública central fazer uso pesado de drogas foi 4,0 vezes maior que aquela da escola periférica; do que trabalhava 2,5 vezes maior que daquele que não trabalhava; do período noturno 2,2 vezes maior que daquele do período matutino; dos níveis

socioeconômicos A e B 2,0 vezes maior que daqueles dos níveis D e E; que teve educação pouco religiosa na infância 1,7 vezes maior que a daquele que teve educação muito religiosa; que se sentia pouco apoiado e compreendido pela família 1,2 vezes maior que a daquele que se sentia muito apoiado e compreendido pela família. Cada ponto a mais no GHQ-12¹ aumentou em 1,2 vezes a chance do estudante fazer uso pesado de drogas.

De acordo com o artigo da Soldera, et AL (2004), o álcool foi a droga mais consumida e corresponde a 11,9%, seguido do tabaco com 11,7%. A maconha foi a droga ilícita mais utilizada com 4,4%. O uso de drogas é decorrente de várias combinações como os genéticos, psicológicos, familiares, socioeconômicos e culturais.

Foi constatado na pesquisa de Soldera, et al (2004) que o uso de drogas nas escolas públicas periféricas foi menor entre os estudantes, mesmo sendo áreas com um maior número de mortalidade por causas violentas, e conclui:

Apesar de haver supostamente um tráfico significativamente maior nestes bairros, o consumo de drogas pelos estudantes que freqüentam as escolas da periferia é significativamente baixo em relação ao dos bairros centrais. Nesse sentido, é plausível que a disponibilidade financeira possa exercer uma influência significativa, pois, no presente estudo, encontrou-se que o uso pesado de drogas, além de associar-se ao trabalho, esteve associado a pertencer aos níveis socioeconômicos A e B. Assim, os estudantes de escolas públicas periféricas, apesar de viverem em áreas da cidade onde o tráfico é supostamente mais intenso, têm menor poder aquisitivo para a compra dessas drogas. Outra possibilidade é que jovens desses bairros envolvidos com o uso pesado de drogas acabem com certa freqüência "expelidos" do sistema escolar e talvez se envolvam com o "pequeno" tráfico de drogas ("aviões"), inclusive para viabilizar o consumo próprio.

A educação religiosa, conforme o artigo da Soldera, et al (2004) , influencia na educação do jovem, pois conforme a literatura os jovens ligados a uma religião fazem menos uso de drogas. Uma família bem estruturada em que o jovem se sinta apoiado e compreendido é um excelente fator de proteção para o uso de drogas, e esse fato corresponde à socialização primária.

¹ GHQ-12 (General Health Questionnaire 12) Tradução: Questionário geral de saúde 12.

Além dos problemas internos existentes nas escolas, há os problemas externos que acabam lhe afetando “como a exclusão social, o desemprego, a violência”, como aduz Abramovay e Castro (2005, p. 90). Quanto à questão das drogas no ambiente escolar, diz Abramovay e Castro (2005, p. 91) que “é importante ter em mente que a questão das drogas é um problema social e, por isso, não deve ser tratada de forma individualizada, particular. Ao contrário, requer uma visão ampla do contexto no qual se insere e dos elementos que o constituem.”

Segundo Rateke (2006, P. 20), os moradores de bairros pobres são considerados pela comunidade como mais violentos. A comunidade escolar preocupada em evitar as drogas e a violência nas escolas procura o trabalho realizado pelos policiais do Proerd.

Na visão do Proerd, os jovens do Brasil são precoces no uso de drogas. De acordo com Rateke (2006, P. 51), embora o Programa DARE, nos EUA, tenha sido criado inicialmente com o objetivo de atender aos alunos da quinta série do Ensino Fundamental, a PM brasileira decidiu que as crianças deveriam iniciar os trabalhos com o Proerd um pouco mais cedo, ou seja, na quarta série do Ensino Fundamental. Para o oficial responsável pelo Programa em Santa Catarina, isso ocorreu porque:

As crianças brasileiras são mais precoces no uso da droga. E o PROERD tenta passar conhecimentos para essas crianças antes das drogas serem oferecidas para elas. Para que a criança já tenha o conhecimento e possa a oferta das drogas negar. Nós realizamos a prevenção primária antes de acontecer Rateke (2006, P. 51)

Os dados para essa consideração vem do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID) e foram utilizados índices nacionais que confrontam a idade do uso de drogas entre nossas crianças. Para Rateke (2006, P. 51), essa decisão acaba criminalizando e rotulando o jovem brasileiro, divulgando a idéia de que vivemos e convivemos com uma juventude problemática e violenta, já que as drogas estão produzindo a maioria dos males atuais da sociedade, entre eles, as violências. A autora ressalta que, se sustentarmos esse pensamento que forja a vida dos jovens como uma potencial ameaça ao mundo adulto, dificilmente vamos

conseguir mudar o nosso ponto de vista quando nos propomos a trabalhar com eles. Para ela, é preciso que o jovem não seja visto como um futuro problema, mas como parte integrante e com poder de intervir nos espaços sociais em que convive.

Alguns jovens encontram dificuldade em acreditar nas mensagens passadas pelos policiais do Proerd quanto ao mal imputado às drogas, pois, segundo Rateke (2006) ao experimentarem ou se voltarem para seus pares usuários, encontram relatos incompatíveis com as informações passadas no programa. Ocorre que as mensagens passadas pelos policiais nas aulas do Proerd são para propor guerra às drogas. Trata-se, de acordo com Rateke (2006, pág. 76), de desconsiderar “os diferentes significados que o uso de drogas vem adquirindo desde a Antigüidade: religioso, cultural, contracultural, entre outros.” A guerra é no sentido de poder existir uma sociedade livre de drogas.

A expectativa de muitos pais que moram em favela não é muito boa em relação aos seus filhos, assim, segundo pesquisa realizada por Rateke (2006, pág. 99), alguns pais acreditam que seus filhos não irão concluir “os estudos e que, principalmente os meninos, continuarão a acompanhar as estatísticas de mortes pelo envolvimento com o narcotráfico ou não completarão a idade adulta.” Alguns pais acreditam que suas filhas irão seguir os passos da mãe nas faxinas ou na prostituição, como relatado à autora em forma de “denúncia velada”, por algumas adolescentes.

Além do trabalho preventivo realizado, a PM tem a intenção de melhorar a sua imagem e aproximar a comunidade, principalmente as camadas populares, da instituição militar. Segundo Rateke (2006, P. 132), o contato da polícia com crianças e jovens contribui para transformar a sua imagem, historicamente vinculada às condutas violentas e autoritárias.

É de conhecimento de muitos que, nas imediações da escola, ocorre o fornecimento de drogas e esse fato contribui para a entrada dessas substâncias nas escolas. Segundo Abramovay e Castro (2005, pág. 93), os alunos e o corpo técnico-pedagógico de escolas públicas e privadas acreditam “que o consumo de drogas por parte dos jovens ocorre com maior freqüência fora das quatro paredes do prédio escolar.”

O acesso às drogas pelos alunos se dá pela presença de traficantes que ficam nos bares e esquinas nos arredores da escola. Assim, alguns diretores ficam alertas quanto à presença de mediadores do tráfico próximo da escola, como donos, funcionários e freqüentadores de bares que atraem a confiança dos alunos pela proximidade que estabelece entre eles (Abramovay, 2005).

4.1 - Droga e tráfico na escola

Segundo Abramovay e Castro (2005), grande parte do corpo técnico-pedagógico garante que não existe droga na escola e que nunca viu alunos com nenhum tipo de droga. Alguns diretores informaram que já viu alunos chegarem drogados na escola.

Já o número de alunos que presenciou colegas usando droga no ambiente escolar é duas vezes superior (23,1%) a do corpo técnico-pedagógico (10,8%). O banheiro é o local que os alunos mais utilizam para fazer uso da droga. Mas a sala de aula não fica de fora, afirma Abramovay e Castro (2005).

De acordo com alunos e professores, a maconha é a droga mais consumida na escola. Para Abramovay e Castro (2005, pág. 102), ao considerar que a escola é um local seguro e de formação para a cidadania, a presença de drogas em seu interior fere o princípio da educação.

Para o Proerd, segundo Rateke (2006, P. 52), há uma associação entre droga e violência. Para o programa, as crianças e os jovens envolvidos com as drogas produzem violência e manifestam problemas de comportamento, com condutas inadequadas. Assim, o Programa visa colocar as drogas como um problema de seus adeptos e causadores de todos os males decorrentes do seu uso.

Ao se questionar por que a polícia e não a escola deveria assumir o Proerd, Rateke (2006, P. 53) fala da fragilidade existente nos processos educativos que vêm sendo

desenvolvidos fora e dentro das escolas, além da importância da prevenção às drogas e às violências. E ressalta que além do Proerd ter intensificado seu movimento a partir da década de noventa, com a implementação de novas políticas para a infância e a juventude, a escola encontrou nesse Programa uma saída para as suas batalhas contra o consumo de droga. Diante das queixas dos professores e indisciplina dos alunos, destaca Rateke, que a escola encontrou no Proerd uma saída para suas batalhas cotidianas que:

(...) eram semeadas por uma espécie de sentimento de impotência, de mãos atadas diante das queixas dos professores, da indisciplina dos alunos “mal comportados”, dos “adolescentes rebeldes”, das disputas de “gangues”, das depredações e ameaças na escola, entre outros. Muitas conversas informais com a comunidade escolar giravam em torno da segurança que um policial dentro da escola despertava. Os educadores e pais caracterizam o PROERD como uma espécie de solução no confronto de situações normalmente atípicas ao plácido ideário familiar-pedagógico. Os efeitos das drogas e das violências, segundo os envolvidos, eram a parcela mais onerosa de tais circunstâncias. A partir de tais efeitos fatalistas, a polícia se encarrega dessa tarefa de intervenção dentro da escola. (Rateke, 2006, P. 54)

Segundo o depoimento de um policial que atuou na escola como instrutor do Proerd, conforme Rateke (2006, p. 66), a violência e o crime cresceram nos últimos anos:

A violência é maior hoje do que antes, não tenha dúvidas. Isso por conta do aumento populacional, da falta de emprego. Os adolescentes têm acesso fácil à droga. Antes não havia tanta apologia na música e na mídia. O adolescente acha que é livre se escutar tal música e usar tal roupa, o que vai influenciando muito no seu comportamento. Muitas vezes, os seus ídolos são bandidos perigosos, traficantes, assassinos...(Rateke, 2006, p. 66).

De acordo com Abramovay e Castro (2005, P. 103), os jovens ao entrarem no mundo do tráfico estão em busca de satisfazer seus desejos de consumo, visam o dinheiro fácil, o sucesso que irão fazer com as mulheres, o desejo de comprar roupas de marca, visam também o poder, a violência.

Conforme Abramovay e Castro (2005, p. 104), a circulação de drogas nas escolas se dá por meio dos próprios estudantes, como afirma um professor: “A droga aqui ela é distribuída pelos próprios alunos. Eu conheço aqui um grupo de 1º ano. Tem gente do grupo que traz a droga e distribui.” Assim, pode ser observado que:

O fornecimento de drogas ao jovem não se dá somente por profissionais especializados, ou seja, por traficantes. Depoimentos de distintos atores sugerem que o negócio e a circulação das drogas se dá, também, pela intermediação de alunos, de amigos e de conhecidos, indicando que essa atividade encontra-se cada vez mais disseminada, o que possivelmente dificulta o controle e a repressão ao tráfico. (Abramovay e Castro 2005, pág. 105).

Observamos que a presença do Proerd nas escolas contribui para mostrar às crianças e aos adolescentes o mal que causa as drogas e a importância de se afastar das pessoas que as utilizam. Não podemos esquecer que este processo de comunicação, utilizado pelo Proerd, para conscientizar crianças e adolescentes a não se envolverem com as drogas faz parte da Teoria da Associação Diferencial.

5 - Análise do trabalho do Proerd

O trabalho realizado nas escolas pelo Proerd encaixa-se à Teoria da Associação Diferencial, pois este programa utiliza da comunicação, da socialização das crianças e dos jovens com o objetivo de conscientizá-los do mal que causa o consumo de drogas. Sabemos que a Teoria Associação Diferencial acredita que o comportamento criminoso é *aprendido* por meio da interação com outras pessoas, por meio do processo de comunicação. Assim, podemos observar a importância dos jovens estarem se envolvendo com programas, como o Proerd, que trabalham com a prevenção do comportamento criminoso. Grifo nosso.

O Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd) tem por objetivo favorecer aos jovens estudantes informações necessárias e habilidades para que ele possa aprender a viver de maneira saudável, sem a presença de drogas e violências, conforme a Diretriz para a produção de serviços de segurança pública de nº. 3.01.04/2010-CG, (2010). Assim, o Proerd utiliza programas diferentes de acordo com o público-alvo e elabora currículos que dispõe sobre as atividades que serão realizadas com os encontros.

Conforme a cartilha que regula a aplicação do programa em Minas Gerais (Minas Gerais, 2010), as aulas do Proerd serão ministradas com o auxílio de produtos padronizados, organizados de forma a promover uma orientação preventiva sobre drogas e segurança, destinada a crianças, adolescentes, jovens, pais e comunidade escolar.

São utilizados nos currículos para a educação infantil, para as crianças e adolescentes do ensino fundamental e do ensino médio filmes que abordam questões relacionadas ao uso indevido de drogas ou os métodos que os traficantes utilizam para aliciar ou viciar as crianças e os adolescentes em drogas ilícitas. Com isso, eles poderão reconhecer quando há indivíduos tentando envolvê-los no mundo das drogas e do tráfico. Além disso, os alunos tem a oportunidade de interagir com os instrutores elaborando perguntas, conforme exposto por Batista (2009, pág.

39/40).

De acordo com o programa do Proerd, os currículos utilizados, para atender ao público assistido, dividem-se em:

- O currículo para a educação infantil que se subdivide em três seções:

A primeira seção é composta de duas lições/encontros para crianças de 4 e 5 anos, destinado aos dois últimos anos da educação infantil chamado de pré-escola, com tempo de emprego de 20 a 30 minutos de aula;

A segunda seção é dividida em quatro lições/encontros para crianças de 6 a 8 anos, que estejam cursando do 1º ao 3º ano do ensino fundamental, com a duração de 45 minutos de aula;

A terceira seção é composta de cinco lições/encontros, para uso no 4º ano do ensino fundamental, com a duração de 45 minutos de aula.

- O currículo para crianças do ensino fundamental é considerado a base do programa sendo composto de dez lições/encontros, direcionado a crianças de 10 a 11 anos, com a duração de 45 a 60 minutos de aula.

- O currículo para adolescentes do ensino fundamental é utilizado como reforço ao currículo base e contém dez lições/encontros, direcionado aos adolescentes de 12 a 14 anos, com a duração de 45 a 60 minutos de aula.

- O currículo para o ensino médio é composto de dez lições/encontros direcionados a jovens de 15 a 17 anos, com a duração de 45 a 60 minutos de aula. São utilizados vídeos-demonstração, *banners* ou bandeiras de apoio às aulas para promover uma orientação preventiva sobre drogas.

- Já o currículo para os Pais e a Comunidade é composto de cinco lições/encontros, direcionado a pais e responsáveis pela orientação preventiva de alunos do Proerd ou não, com a duração de 02 horas de aula. Nesses encontros os pais são

orientados quanto à educação de seus filhos na prevenção ao uso de drogas ilícitas, como perceber se eles estão se envolvendo com drogas (Batista 2009). A participação dos pais torna-se importante, pois forma um esforço cooperativo entre a Polícia Militar, a escola e a família na proteção e na qualidade das informações preventivas (Minas Gerais 2010).

No Programa Educacional de Resistência às Drogas destinado aos alunos da 4ª série que participam do programa, as lições tem por objetivo fazer com que as crianças e os adolescentes se conscientizem do mal que causa o cigarro com informações que mostram o efeito do cigarro na saúde, os rótulos do Ministério da Saúde que adverte sobre o cigarro. Como exemplo, os efeitos da maconha na saúde são tratados por meio de perguntas feitas aos alunos além de informações constando o seu efeito na saúde (Minas Gerais, 2006).

Os materiais didático-pedagógicos utilizados no Proerd são formulados a partir de fundamentos científicos e representam a combinação de esforços de especialistas de diversas áreas, conforme a Cartilha que regula a aplicação do programa (Minas Gerais, 2010). As guias, os manuais, os livros e os outros produtos empregados no programa não podem sofrer modificações sem a aquiescência ou autorização prévia do *Drug Abuse Resistance Education* (DARE) América, organização detentora dos direitos autorais.

Segundo a cartilha, são materiais didático-pedagógicos considerados essenciais à aplicação do Programa os manuais, os livros dos estudantes, os certificados, os vídeos-demonstração, os cartazes para a educação infantil, os *banners* ou bandeiras de apoio às aulas, DVD Institucional e CD com canções Proerd.

No final do curso de formação e qualificação, os alunos passam por uma “Avaliação Final de Desempenho” e segundo a cartilha (2010, pág. 15) a nota dos alunos é dada entre zero a dez pontos e o conceito atribuído é fraco, insuficiente, regular, bom e excelente. Para exemplificar, o aluno que tira na avaliação uma nota entre 0,00 a 2,99 pontos recebe o conceito E de fraco. Já o conceito A de excelente é atribuído ao aluno que obteve nota entre 9,00 a 10,0 pontos

O trabalho realizado pela Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais – SEDS avaliou o Proerd quanto à sua aceitação e efetividade na visão dos estudantes, dos instrutores do programa, na visão das escolas, dos pais e da vizinhança das escolas.

Com base no trabalho realizado pela SEDS (SEDS, 2008, pág. 35), foi analisado a opinião do instrutor do programa quanto ao interesse despertado no público atendido e lhe foi apresentado quatro opções de resposta, sendo elas:

- Crianças da 4ª série ou 5º ano; - Adolescentes da 6ª série ou 7º ano; - O interesse despertado é o mesmo, independe da idade; e - O PROERD não desperta interesse nos alunos.

O resultado pode ser visualizado no gráfico 1. Apenas dois grupos são citados, sendo que a maioria dos instrutores respondeu que o Proerd desperta maior interesse entre as crianças. Isso sugere que o Proerd seja mais interessante para este público ou que esteja mais bem adaptado a esse público.

Foram 39 instrutores que responderam esta questão e de um modo geral trinta e três deles, o que corresponde a 86,8%, acham que o programa desperta maior interesse nas crianças de 4ª série ou 5º ano e 13,2% responderam que o interesse é o mesmo e independe da idade.

Para Batista (2009, pág. 40), as crianças do 5º ano buscam normalmente referências para suas vidas. Além dos pais e professores, as crianças veem nos policiais uma pessoa com quem se pode identificar. Elas criam vínculo com os instrutores e os tem como referência de polícia fora do ambiente escolar. Já os alunos da faixa etária do ensino médio adquiriram uma bagagem de vida maior, sobretudo ligada à vivência com a criminalidade. Para Batista (pág. 42), isso faz com que eles recebam as informações do Proerd com mais receio.

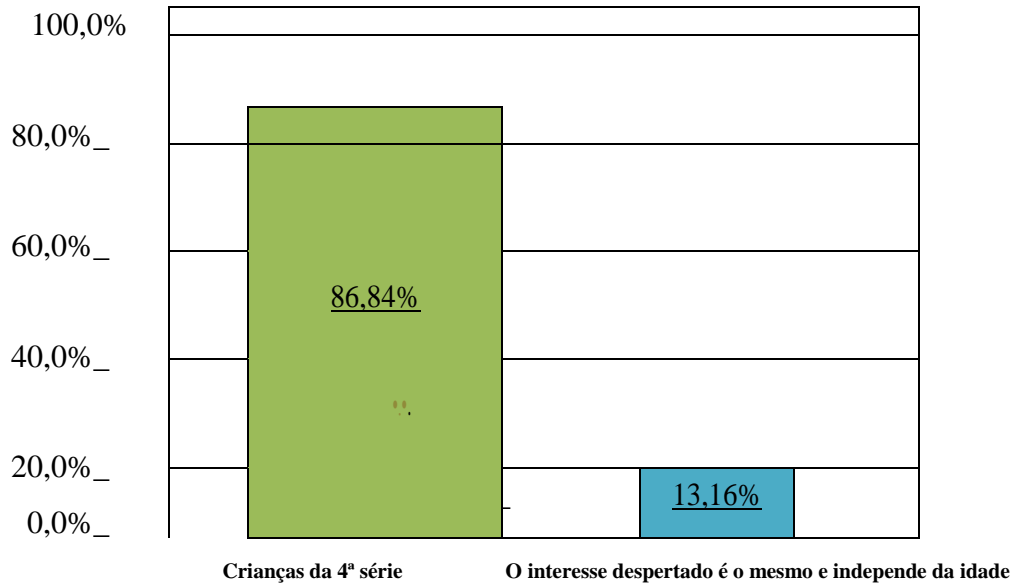


Gráfico 1: De um modo geral o Proerd desperta maior interesse entre crianças ou adolescentes

Fonte: Secretaria de Estado de Defesa Social – SEDS, 2008

Na a pesquisa realizada pela SEDS foram entrevistados 1.612 alunos, do 5º e 7º ano do ensino fundamental que pertencem a quinze escolas de Belo Horizonte (SEDS, 2008). Foram sete escolas da rede estadual, cinco da rede municipal e três escolas particulares. Dos 1.612 alunos entrevistados, responderam ao questionário 838 alunos que pertencem ao 5º ano e 774 alunos que pertencem ao 7º ano.

Conforme o gráfico 2 (SEDS, 2008, pág 36), 64,1% dos instrutores que responderam ao questionário consideram o programa parcialmente efetivo para afastar crianças e adolescentes das drogas. Dos 39 instrutores que responderam à pergunta, 33,3% responderam que acreditam sim que as crianças e os adolescentes podem afastar-se das drogas por meio do programa. E apenas 2,6% acredita que o programa não seja efetivo.

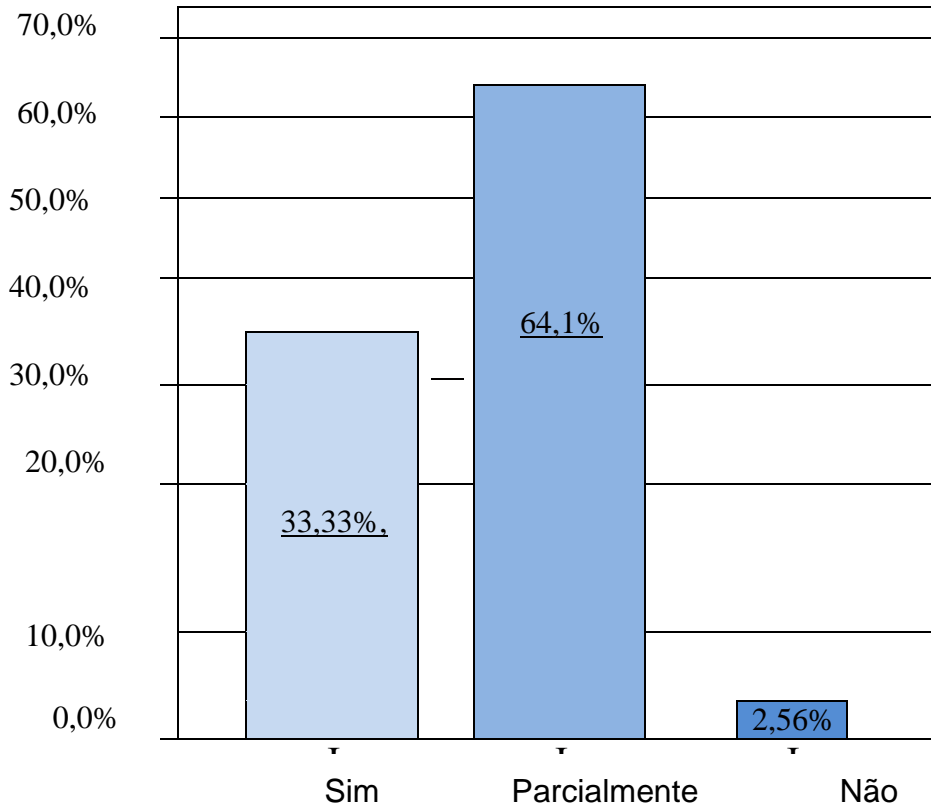


Gráfico 2: De modo geral, o Proerd é efetivo para manter as crianças e adolescentes afastados das drogas.

Fonte: Secretaria de Estado de Defesa Social – SEDS, 2008

Foi perguntado aos alunos qual nota de zero a cinco eles davam para o Proerd e a resposta foi muito boa, pois 71,2% dos 1.612 alunos entrevistados deram nota cinco para o programa, sendo essa a nota máxima da escala. Com esse resultado podemos perceber que o programa está sendo bem aceito pelos estudantes. A Tabela 4 mostra os números:

Tabela 4: Qual nota de zero a cinco o aluno dá para o Proerd:

NOTA	PERCENTUAL
ZERO	0,5
UM	1,1
DOIS	1,4
TRÊS	6,4
QUATRO	19,2
CINCO	71,2
NÃO RESPONDEU	0,2
TOTAL	100

Fonte: Secretaria de Estado de Defesa Social – SEDS, 2008

Para os instrutores, nas escolas situadas em áreas de alto risco percebe-se a existência de professores que não participam das aulas, com isso, os instrutores do programa não sabem se a escola desenvolve projetos que dão continuidade ao Proerd. Diante desta situação, pode haver a possibilidade de um distanciamento entre instrutores do Proerd e profissionais da escola (SEDS, 2008).

Segundo a pesquisa feita pela SEDS (2008), caracterizam o Proerd as palavras chaves contidas no questionário que indicam certa proximidade entre a visão dos alunos e instrutores. Inicialmente, os alunos consideram que a palavra combate é a que melhor descreve o programa. Esta palavra não é citada pelos policiais. A exceção da palavra droga, as três palavras escolhidas pelos policiais são também escolhidas por grande parte dos alunos, isso pode caracterizar que os alunos estão compreendendo a mensagem expressa pelo Proerd.

Podemos observar no gráfico 3 que dos 39 instrutores entrevistados 61,5% consideram a prevenção a palavra que caracteriza o Proerd, já 28,2% consideram ser a palavra conscientização e 7,7% a expressão formação cidadã.

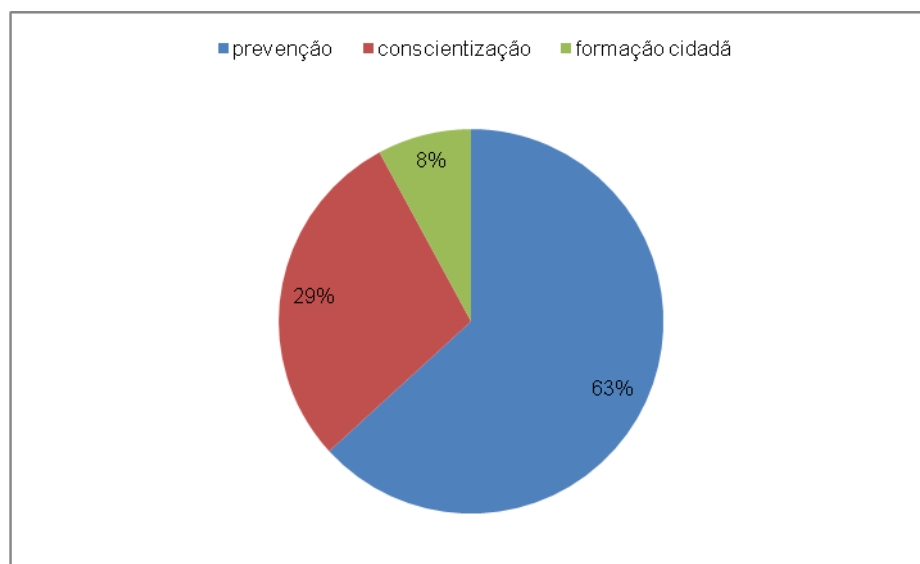


Gráfico 3: Palavra-chave que caracteriza, para o instrutor, o Proerd

Fonte: Secretaria de Estado de Defesa Social – SEDS 2008.

Vale lembrar, que 1.612 alunos responderam a este questionário e que 16 deles não souberam ou não responderam. Analisando a tabela 5 podemos observar que

dos 1.612 alunos entrevistados 21,6% tanto consideram a palavra combate quanto a palavra conscientização as que mais caracterizam o Proerd. A palavra prevenção foi também muito escolhida pelos alunos, obtendo 19,2% dos votos. Já a palavra doença obteve apenas 0,9% dos votos, foi a menos votada.

Tabela 5: Palavra-chave que caracteriza o Proerd

DADOS VÁLIDOS	PERCENTUAL VÁLIDO
DROGA	8,5
INFORMAÇÃO	9,3
COMBATE	21,6
PREVENÇÃO	19,2
DOENÇA	0,9
SAÚDE	8,3
CONSCIENTIZAÇÃO	21,6
DIÁLOGO	2,4
FORMAÇÃO CIDADÃ	8,4
NÃO RESPONDEU	1
TOTAL	100

Fonte: Secretaria de Estado de Defesa Social – SEDS, 2008.

Foi perguntado aos alunos se eles acreditam que a violência e o uso das drogas podem diminuir ou ser evitado com a existência de programas educacionais como o Proerd e a resposta encontrada foi bem positiva. Dos 1.612 alunos, 1.473 acreditam que esses programas podem combater o uso de drogas, eles correspondem a 91,4% dos entrevistados. Já 135 alunos, correspondente a 8,4% dos entrevistados, acreditam que esses programas não podem combater o uso de drogas (SEDS, 2008).

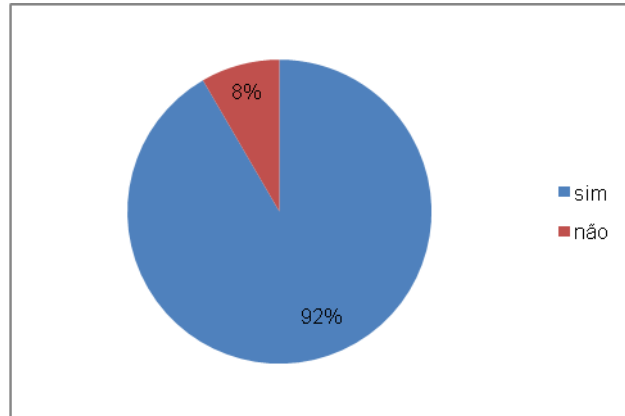


Gráfico 4: Percepção dos alunos que acreditam que a violência e o uso de drogas podem ser evitados com a existência de programas educacionais como o PROERD.

Fonte: Secretaria de Estado de Defesa Social – SEDS, 2008

Diante desta análise, podemos observar como é importante os jovens estarem se relacionando com pessoas que ensinam a importância de não se usar droga para que se possa ter uma melhor condição de vida, em todos os sentidos. Aprendemos, através de uma percepção com a Teoria da Associação Diferencial que o comportamento ilícito é aprendido na interação com outras pessoas em processo de comunicação. Assim, quanto mais os jovens se relacionarem com grupos de pessoas que demonstram os prejuízos acarretados pelo uso da droga e da violência mais afastados da aprendizagem do comportamento ilícito eles estarão.

Para os alunos que responderam ao questionário da SEDS (2008), foi perguntado quais os fatos mais importantes deveriam ocorrer para se evitar ou diminuir a violência e o uso de drogas. As opções mais marcadas por eles, com 40,9% e 27,9%, respectivamente, foi o diálogo com a família e na escola, a partir de trabalhos educativos como o Proerd.

Esta pesquisa demonstra, segundo a SEDS (2008), que os alunos acreditam que o diálogo em família ou na escola é o principal fator que contribui para se evitar o uso de drogas pelos jovens. Este resultado é um importante indicativo da aceitação do programa, pois demonstra que os alunos acreditam na importância que tem os trabalhos educativos, ou seja, ações preventivas em detrimento de ações repressivas tais como a atuação ostensiva da polícia.

Tabela 6: São fatores importantes para se evitar ou diminuir a violência e o uso de drogas, segundo os alunos

FATORES IMPORTANTES	PERCENTUAL
DIÁLOGO EM FAMÍLIA	40,4
CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS FEITAS PELO GOVERNO	10,2
DIÁLOGO OU TRABALHOS EDUCATIVOS NA ESCOLA	27,9
REPRESSÃO POLICIAL	9,3
MAIOR RIGOR NA APLICAÇÃO DAS LEIS	11
NÃO RESPONDEU	1,2
TOTAL	100

Fonte: Secretaria de Estado de Defesa Social – SEDS, 2008

6 – Considerações finais

O Proerd tem feito um trabalho de prevenção ao uso de drogas destinado principalmente às crianças e aos adolescentes e aplicado por policiais treinados e habilitados a cumprir fielmente a filosofia do programa.

Podemos observar que está havendo, por parte das autoridades, uma atenção maior em relação aos jovens. Com isso, em 2004 houve a criação de um grupo interministerial coordenado pela Secretaria-Geral da Previdência da República responsável por programas voltados para a juventude e diagnóstico da situação do jovem no Brasil. Já em 2005, teve a criação do Conselho Nacional da Juventude que objetiva “formular e propor diretrizes para as políticas de juventude, realizar estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica do público jovem e viabilizar o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais”, conforme aduz Cury (2009, pág. 97).

Em 2001, o Proerd foi institucionalizado o programa capaz de combater o uso de drogas no país, sendo, segundo o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD), o parceiro estratégico para o desenvolvimento de ações primárias de prevenção ao uso e ao tráfico de drogas, no âmbito do Sistema Nacional de Política sobre Drogas – SISNAD (DAOp, 2010).

Em 2010, tivemos um grande avanço com a aprovação da proposta de emenda constitucional de nº. 42/2008 conhecida como PEC da juventude, fazendo com que o artigo 227 da Constituição Federal de 1988 (CF) passe a dispor sobre o dever da família, da sociedade e do Estado de assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (Brasil, 2010).

O trabalho realizado pelo Proerd tem contribuído para que crianças e adolescentes se conscientizem da importância de ficar longe das drogas, do mal que as substâncias entorpecentes causam à saúde. Esse programa é aplicado com base no

processo de comunicação que possibilita ao jovem aprender com maior facilidade, pois há uma interação entre as pessoas o que contribui para o aprendizado.

Com base nas perguntas respondidas pelos instrutores e alunos do Proerd, em uma pesquisa feita pela SEDS (2008) verificamos que o programa foi bem recebido por eles. A maior parte dos alunos acredita que programas como o Proerd ajudam a evitar e diminuir o envolvimento com drogas e com a violência. Acham que o diálogo com a família, no ambiente de trabalho e na escola é um fator importante para prevenir o uso de drogas.

Segundo a pesquisa feita pela SEDS (2008) 71,2% dos alunos entrevistados deram nota máxima ao trabalho realizado pelo Proerd. Já os instrutores que participaram da entrevista acreditam que a palavra prevenção é a que melhor caracteriza o programa.

Seria interessante avaliar se os alunos do Proerd, após a conclusão do curso, tiveram algum envolvimento com as drogas. Assim como o depoimento na sala de aula de pessoas que deixaram as drogas após tornarem-se alunos do Proerd, seria importante para transmitir aos novos alunos suas experiências. Aumentar a carga horária dos cursos ministrados pelo Proerd seria interessante, pois aumentará a frequência destes encontros possibilitando uma maior interação entre alunos e instrutores.

Bibliografia

- ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. *Drogas nas escolas: versão resumida*. Brasília: UNESCO, 2005. 143p.

- AVELLAR, Aline Pereira de. “Rompimento familiar e delinquência juvenil: quais as possíveis conexões?” *Revista Eletrônica da Ciências Sociais – Ano I, Ed. 01, fev. 2007*, p. 181-200. Disponível em: <http://www.editoraufjf.com.br/revista/index.php/csonline/article/viewFile/348/323>. Acesso em: 18 out. 2010.

- BATISTA, Nildo. *Enfrentamento da criminalidade nas escolas e entre jovens e crianças: considerações sobre a aplicação do Programa Educacional de Resistência às Drogas em escolas públicas de uma região de Belo Horizonte, Minas Gerais*. 2009. 54 f. Monografia – Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública/CRISP, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

- BRASIL. *Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE*: Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sec_geral/Juventude/Cons/. Acesso em: 06 set. 2010.

- BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 06 set. 2010.

- BRASIL. *Lei nº. 11.343/2006*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11343.htm em [07/09/2010](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11343.htm). Acesso em: 07 set. 2010.

- BRASIL. *PEC da juventude, 2010*. Disponível em: http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=88335. Acesso em: 06 set. 2010.

- BRASIL. *Projeto de Lei de nº. 4.530/2004 - Plano Nacional de Juventude*. Disponível em: http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=271233. Acesso em: 06 set. 2010.

- CERQUEIRA, Daniel; LOBÃO, Waldir. “Determinantes da criminalidade: uma resenha dos modelos teóricos e resultados empíricos” – *IPEA texto para discussão nº 956* - Rio de Janeiro, junho de 2003. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0956.pdf>. Acesso em: 18 out. 2010.

- CURY, Beto. “Os muitos desafios da política nacional de juventude”. In: AVRITZER, Leonardo. *Experiências Nacionais de Participação Social*. São Paulo: Ed. Cortez, 2009, p.90-106.

- DIRETORIA DE APOIO OPERACIONAL - DAOp. *Programa Educacional de Resistência às drogas - Coordenação Estadual do Proerd – PMMG*, 2010.

- DUBET, François. “Les lycéens. Paris: Éditions du Seuil”, 1991 *apud* ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. *Drogas nas escolas: versão resumida*. Brasília: UNESCO, 2005.

- FERRO, Ana Luiza Almeida. Sutherland – “A Teoria da Associação Diferencial e o crime de colarinho branco” - *De jure : revista jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte, n. 11, 2008. Disponível em:

<http://bdjur.stj.jus.br/xmlui/bitstream/handle/2011/28347/sutherland_teorias_associacao_diferencial.pdf?sequence=1>.

Acesso em: 19 out. 2010.

- MINAS GERAIS. Centro de Referência Virtual do Professor – CRV. [2010] Fonte: imprensa oficial de Minas Gerais. Disponível em:

<http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/index.asp?id_projeto=27&ID_OBJETO=64749&tipo=ob&cp=000000&cb>. Acesso em: 07 set. 2010.

- MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais – SEDS. *Avaliando o Proerd: aceitação e efetividade* – Governo de Minas, 2008.

- MOURA, Cristina Patriota de. “Becker, Howard S. 2008 [1963]. Outsiders. Estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar. 232p.” Resenha Scielo Brasil – Mana vol. 15, nº. 2, Rio de Janeiro, Out. 2009. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132009000200011&script=sci_arttext.

Acesso em: 05 dez. 2010.

- POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS - PMMG. *Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública nº. 3.01.04/2010* – CG. Regula a aplicação do Programa Educacional de Resistência às Drogas pela Polícia Militar de Minas Gerais – Belo Horizonte, maio 2010.

- POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS - PMMG. Distribuição da polícia militar de Minas Gerais, 2010. Disponível em: <<https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal-pm/conteudo.action?conteudo=7&tipoConteudo=itemMenu>>. Acesso em: 10 out. 2010.
- POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. *Programa educacional de resistência às drogas – “Nossas crianças longe das drogas”* Livro do estudante 4ª Série. 2006.
- PORTO, André. *Caravana Comunidade Segura 2007 – Programa de segurança humana – O impacto da violência sobre crianças e jovens*: Disponível em: <<http://www.comunidadessegura.org/files/apostila%20Caravana%20completa.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2010.
- PROERD. Dados. Disponível em: <<http://abordagempolicial.com/2010/05/proerd-o-caminho-da-prevencao/>>. Acesso em: 07 set. 2010.
- PROERD. Rio Grande do Norte, 2010: Disponível em: <<http://www.proerd.rn.gov.br/oquee.htm>>. Acesso em: 06 out. 2010.
- RATEKE, Deise. *A Escola Pública e o PROERD: Tramas do Agir Policial na Prevenção às Drogas e às Violências*, 2006. p. 143. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Abril, 2006. Disponível em: <http://www.ppge.ufsc.br/ferramentas/ferramentas/tese_di/arquivos/62.pdf>. Acesso em 26 set. 2010.
- SOLDERA, Meire *et al.* “Uso de drogas psicotrópicas por estudantes: prevalência e fatores sociais associados.” *Revista de saúde pública*. Vol. 38 nº2, São Paulo, Abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0034-89102004000200018&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 15/09/2010
- SOUZA, Alexandre Cláudio de. *O programa educacional de resistência às drogas – Proerd, como ferramenta de prevenção e avaliação parcial do programa nas escolas da região noroeste de Belo Horizonte*. 2008. 50 f. Monografia – Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública/CRISP, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- SUTHERLAND, Edwin; CRESSEY, Donald. *The Theory of Differential Association*. In: TRAUB, Stuart e LITTLE, Graig. (org) – *Theories of Deviance*. Illinois. F. E. Peacock Publishers, 1994 *apud* AVELLARr, Aline Pereira de. *Rompimento familiar e delinquência juvenil: quais as possíveis conexões?* Revista Eletrônica da Ciências Sociais – Ano I, Ed. 01, fev. 2007, p. 181-200. Disponível em: <<http://www.editoraufjf.com.br/revista/index.php/csonline/article/viewFile/348/323>>. Acesso em: 18 out. 2010.